

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30268	37445/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA

RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁTER URGENTE DAS PARCELAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO PROJETO DE REORDENAMENTO VIÁRIO DO NÓ DE INFIAS E DA REDE ENVOLVENTE

CONSIDERANDO:

- 1) Que, por força do acordo de gestão celebrado entre o Município de Braga e a Infraestruturas de Portugal, S.A., compete ao Município assegurar a condução do processo expropriativo;
- 2) Que, em reunião do Executivo Municipal realizada em 26 de julho de 2023, foi deliberado aprovar requerer a Declaração de Utilidade Pública das três parcelas de terreno, nela melhor identificadas como n.º 2, 4 e 11;



- 3) Que o Projeto de Execução denominado “Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente” veio a ser aprovado em reunião do executivo municipal de 21 de fevereiro de 2025;
- 4) Que do projeto aprovado resultou a necessidade de rever as concretas parcelas a expropriar, daí resultando a necessidade de reformular todo o processo expropriativo, no que concerne, designadamente, à redefinição das parcelas a expropriar;
- 5) Que esta redefinição repercute diretamente nos pressupostos subjacentes à deliberação de 26 de julho de 2023, exigindo a sua atualização e adequação à nova realidade;
- 6) Que, por razões de organização processual, se revela mais conveniente proceder à revogação da sobredita deliberação de 26.07.2023, procedendo a nova aprovação, nos seguintes termos:

I. Normas Habilitantes:

- 7) As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas – Cf. n.º 2 do artigo 235.º da CRP;
- 8) Nos termos do disposto nas alíneas c), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições da Câmara Municipal a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente promover o desenvolvimento da rede viária, a segurança e a comodidade do trânsito, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população e a proteção do ambiente, assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável que harmoniza as boas práticas de gestão ambiental e de mobilidade para o Município;
- 9) As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, designadamente as de criar, construir e gerir redes de circulação e de transportes – cfr. o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do referido anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 10) Nos termos previstos no artigo 33.º, n.º 1 alínea vv), do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação;
- 11) O artigo 14.º, nº 1, da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que procedeu à aprovação do Código das Expropriações, na sua versão atualizada, prescreve que: *“Salvo nos casos previstos no número seguinte, é da competência do ministro a cujo departamento compete*



a apreciação final do processo: a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes".

II. Causa de utilidade pública a prosseguir pela expropriação

12) O interesse municipal no reordenamento viário do Nó de Infias e da rede envolvente, tem como intuito dar resposta aos fluxos dominantes, diminuindo os tempos de percurso e atrasos e promovendo a redução dos consumos energéticos e emissões poluentes;

13) O Nó de Infias constitui o principal ponto de congestionamento de trânsito da cidade de Braga por via da afluência de muitas vias estruturantes de ligação inter-regional e nacional com evidentes reflexos negativos no trânsito local. Esta situação é gerada, sobretudo, pela sua localização numa das principais “portas” da cidade que, por sua vez, canaliza para o centro urbano os veículos provenientes dos concelhos contíguos com relação mais forte com Braga, devido aos movimentos pendulares registados;

14) Pela análise dos registos de tráfego existentes para o local, verifica-se que os volumes de tráfego gerados nas vias, não são compatíveis com a capacidade de escoamento do nó viário em apreço, o que cria situações de saturação das vias locais, com evidentes constrangimentos para a adequada circulação e vivência urbana na sua envolvente;

15) O Nó de Infias é um ponto da rede viária onde ocorrem problemas de tráfego decorrentes da existência de atrasos e congestionamentos, que resultam, sobretudo, da confluência de diversas vias que provêm dos concelhos limítrofes;

16) A melhoria da circulação e segurança rodoviária, no sentido de contribuir para o aumento das condições de segurança e conforto de circulação rodoviária dos seus utilizadores, é um dos principais objetivos;

17) Neste quadro foi aprovado, a 21.02.2025 o Projeto de Execução Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente;

18) Localizado numa área onde predomina a função residencial, com algumas funções comerciais, de lazer e serviços, este nó é atualmente um dos principais pontos de congestionamento de tráfego da cidade de Braga;

19) Neste contexto e tendo em conta uma perspetiva alargada, é pretendida a requalificação e a beneficiação deste nó e respetiva rede envolvente, tendo em vista:

a. Melhoria das condições de circulação e segurança;

b. Incremento da capacidade de escoamento de tráfego, priorizando as ligações da EN101 à Avenida António Macedo e a capacidade de saídas da cidade;



c. Promoção de um ambiente mais funcional e seguro para os seus utilizadores, evidenciando alguns artigos científicos que indicam que conduzir em condições congestionadas tem impacto no comportamento e na situação psicológica do condutor, causando stress e ou mesmo levando a um aumento da condução agressiva;

d. Assegurar o cumprimento da visão estratégica de sustentabilidade ambiental e de mobilidade no Município.

20) A localização das parcelas a expropriar assumem uma importância estratégica no contexto da expansão urbana e de requalificação das infraestruturas da zona norte da cidade, surgindo como um ponto charneira entre áreas rurais em transição e zonas urbanas consolidadas.

21) Entre o Município de Braga e a Infraestruturas de Portugal, S.A., foi celebrado o acordo de gestão, cujo objeto é a execução da requalificação e beneficiação do Nó de Infias, onde se estabelece, entre outras condições, que compete ao Município de Braga, assegurar a condução do processo expropriativo;

III. Identificação das parcelas a expropriar, seus proprietários e demais interessados

A área de intervenção deste projeto abrange 4.488 m² de várias parcelas privadas, que a seguir se identificam:

Ø **Parcelas 2.1, 2.2. e 2.3, totalizando a área de 222 m²**, a destacar do prédio rústico, sito em Infias, na Freguesia de S. Vicente, Braga, com área total de 10.371m², descrito na 2.^a Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1156/20030829, da freguesia Braga (S. Vicente) e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 23 da referida freguesia, inscrito a favor de **PETROCÁVADO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E MOBILIÁRIOS, S.A.**, com o NIPC 503837563, e com sede na Marginal do Rio Cávado, n.º 571, 4720-539 Amares, avaliadas no valor total de **29.299,61€** (vinte e nove mil duzentos e noventa e nove euros e sessenta e um cêntimos).

Ø **Parcelas 4 e 4S:** terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de Braga- S. Vicente sob o artigo 2406, descrito na 2.^a Conservatória de Registo Predial sob o n.º 1268/20041209, da freguesia de Braga (S. Vicente), **com área de 446m²**, que confronta com Lote C5 a Norte, com Lote C3 a Sul e com Domínio Público a Nascente e Poente, inscrito a favor de **PETROCÁVADO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E MOBILIÁRIOS, S.A.**, com o NIPC 503837563, e com sede na Marginal do Rio Cávado, n.º 571, 4720-539 Amares, avaliadas no valor total de



658.995, 32€ (seiscentos e cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e cinco euros e trinta e dois cêntimos);

Ø **Parcelas 11 e 11S, totalizando a área de 3.820 m2**, a destacar do artigo matricial rústico 18 da Freguesia de Braga (S. Vicente) e dos artigos prediais urbanos 668 e 669 da mesma freguesia, e descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 705 /19951023, freguesia de Braga (S. Vicente), inscrito a favor de **NUNO AUGUSTO ALCOFORADO DE FARIA ROBY**, solteiro, portador do Bilhete de Identidade vitalício n.º 792650, com o NIF 123130689, residente na Casa Val-Flores, Largo de Infias, avaliadas no valor total de **537.633,30€** (quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três euros e trinta cêntimos).

IV. Previsão em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização

As parcelas 2.1, 2.2. e 2.3, de acordo com o PDM atual, inserem-se em zona classificada como EV 2- Espaços Verdes de Enquadramento; integradas na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG 8 - Quinta da Torre e do Galo).

Já as parcelas 4 e 4S, encontram-se classificadas como Solo Urbano, como ER2 Urbanizado (Espaço Residencial) e inseridas no loteamento titulado pelo alvará n.º 19/2004, designadamente no lote identificado como C4, no qual se previa destinar-se a habitação coletiva; por fim, não apresentam condicionantes.

No que concerne às parcelas 11 e 11S estão classificadas em Solo Urbano, como EV2 Urbanizado - Espaços Verdes de Enquadramento e também não apresentam condicionantes.

Tudo de acordo com o extrato das plantas de condicionantes – Condicionantes Gerais, bem como extrato das plantas de ordenamento- classificação e qualificação do solo.

Tal classificação é também considerada no relatório de avaliação subscrito por perito oficial.

V. Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação



O Município de Braga, contratou um perito da lista oficial, para nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, para proceder à avaliação das parcelas de terreno a expropriar, tendo então resultado, como previsão dos encargos com a expropriação, o montante global de **1.225.928,23€** (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e oito euros e vinte e três cêntimos) para as indemnizações a pagar aos particulares, encontrando-se a despesa respetiva com o necessário e devido cabimento orçamental, conforme documento que se anexa.

VI. Fundamentação da atribuição do carácter de urgência à expropriação

O Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias reveste-se de importância estratégica para a cidade, dado o elevado congestionamento atualmente registado naquela zona. A circulação rodoviária encontra-se fortemente comprometida, provocando atrasos significativos, aumento da poluição e desconforto para os cidadãos e para a atividade económica local.

A execução desta obra é essencial para descongestionar o trânsito, melhorar a fluidez das vias e aumentar a segurança viária, prevenindo acidentes e reduzindo os riscos associados ao tráfego intenso. A sua realização permitirá também uma circulação mais eficiente para transportes públicos, veículos de emergência e comércio local, beneficiando toda a comunidade.

Atentos os impactos imediatos na vida quotidiana e na mobilidade urbana, justifica-se a tramitação urgente do projeto, garantindo que a obra possa ser iniciada sem atrasos, de forma a responder rapidamente às necessidades da cidade e da população.

A obra será executada pelas Infraestruturas de Portugal, tendo já decorrido os procedimentos públicos com vista à adjudicação, pelo que se torna premente tomar posse administrativa dos terrenos supra identificados, com vista a ser possível dar início à execução dos trabalhos.

Acresce, que as parcelas objeto de expropriação vão integrar o domínio público rodoviário do Estado, sob a administração da Infraestruturas de Portugal, nos termos e para os efeitos do previsto nos artigos 27.º n.º 2 e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (Lei n.º 34/2015, de 27 de abril); ora, de acordo com o estabelecido no artigo 8.º da sobredita Lei:

«1 - A expropriação de bens imóveis ou direitos necessários à construção, conservação e exploração das estradas a que se aplica o presente Estatuto pode ter carácter de urgência, nas situações previstas no Código das Expropriações.



2 - Sempre que para a execução de uma obra rodoviária seja necessário ocupar terreno de terceiros, esta ocupação deve ser legitimada através de ocupação temporária, nos termos do Código das Expropriações.»

Assim, pelas razões supra explanadas, deverá ser atribuído carácter urgente à expropriação, de acordo com o disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Código das Expropriações (CE), aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na redação atual, aplicável *ex vi* artigo 8.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, a fim de permitir a rápida e eficaz intervenção nos aludidos terrenos, para realização das obras.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:

1) REVOGAR A SUA DELIBERAÇÃO DE 24.07.2023, que aprovou a primitiva proposta de resolução, onde era requerida autorização para requerer Declaração de Utilidade Pública (DUP);

2) REQUERER À COMPETENTE ENTIDADE, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea vv) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do artigo 8.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, na sua redação atualizada, e ainda nos termos dos artigos 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º do Código das Expropriações:

2.1) A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA da expropriação de 4.488 m² (quatro mil quatrocentos e quarenta e oito metros quadrados), **COM CARÁTER DE URGÊNCIA**, por necessária à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente, com a fundamentação de facto e de direito consubstanciada nos considerandos supra, por forma a permitir a execução da correspondente empreitada, apenas possível se o Município se apropriar do solo necessário para o efeito.

SEM PRESCINDIR,

2.2) Ainda que não se entenda ser de atribuir urgência à presente expropriação, o que não se concebe, solicita-se, nessa eventualidade, **AUTORIZAÇÃO PARA TOMAR POSSE ADMINISTRATIVA IMEDIATA** da parcela em causa, nos termos do disposto no artigo 19.º do Código das Expropriações, já que a obra tem que ser iniciada o mais rapidamente possível, para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos nos contratos de empreitada.



3) A aprovação do montante global de **1.225.928,23€** (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e vinte e oito euros e vinte e três cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação, em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

Documentos Anexos:

1. Relatórios de Avaliação do Perito Oficial, e do quais constam já:
 - a. Cópia das Certidões da Conservatória de Registo Predial;
 - b. Cadernetas prediais;
2. Planta cadastral;
3. Plantas de localização;
4. Plantas de ordenamento;
5. Plantas de condicionantes;
6. Ficha do Cabimento;
7. Acordo de Gestão entre IP e Município de Braga;

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

